

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano IX | 10 de Setembro de 2025 | Nº 284

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À



ASSÉDIO MORAL INSTITUCIONALIZADO NO BANCO DO BRASIL PRECISA ACABAR!

Caso práticas abusivas continuem em Bauru e região, Sindicato irá denunciar situação ao Ministério Público do Trabalho

Pressionado pelo aumento significativo da inadimplência de produtores rurais e consequente queda na lucratividade no primeiro semestre, o Banco do Brasil tem buscado se recolocar no mercado através da mesma política agressiva das instituições privadas, priorizando resultados financeiros a qualquer custo.

Essa postura tem gerado uma intensa pressão adoecedora sobre os funcionários, com exigências de metas que ultrapassam os limites do razoável e configuram assédio moral institucional.

A situação é nacional. Em julho, as metas da Rede Varejo foram ampliadas de 500 para 750 pontos. Das 26 superintendências do BB espalhadas pelo país, apenas uma atingiu as metas naquele mês, segundo dados do Conexão.

Inadimplência

De forma absurda, a inadimplência dos clientes também interfere na pontuação. Ou seja, ainda que o trabalhador não tenha qualquer responsabilidade sobre a falta de compromisso financeiro de um cliente com o

banco, ele é prejudicado.

Além disso, o BB endeuzeceu as regras de renegociação, impondo condições mais complexas, garantias adicionais e taxas de juros altíssimas. Com isso, diminuiu as chances de regularização das dívidas e, conseqüentemente, piorou a pontuação dos bancários.

PDG em queda

As mudanças também impactaram o PDG (Programa de Desempenho Gratificado), que remunera os funcionários com base em metas individuais e coletivas. Em agosto, a variável paga foi considerada irrisória. O que antes servia de compensação mínima para o sofrimento causado pela pressão, hoje não cobre a sobrecarga enfrentada no dia a dia.

Bauru e Marília

Nas últimas semanas, o Sindicato dos Bancários de Bauru e Região recebeu denúncias diárias sobre as metas abusivas impostas pelas regionais de Bauru e Marília.

Enquanto em Bauru há ameaças de descomissiona-

mentos, em Marília, segundo trabalhadores, o superintendente regional “segurava” ao final do dia o GG que não atingisse a meta.

Reunião

No dia 25 de agosto, o diretor da entidade e bancário do Banco do Brasil, Paulo Tonon, participou de reunião com o regional de Marília e expôs o descontentamento dos funcionários perante sua conduta.

Após o encontro, não houve mais denúncias, o que demonstra que a situação foi aparentemente solucionada.

Para o Sindicato, os regionais agem dessa forma porque o assédio é institucionalizado. Ou seja, o próprio banco incentiva, tolera e legitima práticas abusivas, usando sua estrutura para constranger e expor funcionários.

Contradição

O BB oferece aos seus funcionários, por meio da Universidade Corporativa, o curso “Assédio: Conhecer, prevenir e combater”. No entanto, a prática contradiz o discurso.

O próprio conteúdo do



Paulo Tonon, diretor do Sindicato, levou para regional de Marília o jornal “Bancários na Luta”, com o objetivo de mostrar como a entidade está de olho em cada passo dos bancos e sua forte atuação contra assédio moral

curso define assédio institucional como “a utilização de práticas desumanas, muitas vezes disfarçadas de políticas de produtividade, criando uma política de controle excessivo, com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir custos”.

A definição apresentada descreve exatamente o que a instituição pratica contra seus trabalhadores. Uma contradição vergonhosa e que deve ser corrigida urgentemente.

“É inadmissível que o BB se transforme em um espaço de exploração e adoecimento. O assédio institucional é um dano coletivo. Ele não pode e não será tolerado! Não aceitaremos metas abusivas, perseguições e descomissionamentos arbitrários. Nossa luta é por respeito, valorização e condições de trabalho justas!”, frisou Tonon.

Caso o assédio persista, o Sindicato irá denunciar a situação ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Seguimos de olho!

PROPOSTA SUDAMERIS

Fundação propõe acordo para desligamento do plano (pág. 2)

DEMISSÃO EM MASSA NO ITAÚ

Banco demite mil trabalhadores que atuavam em home office (pág. 3)

VITÓRIA NO TRT-15!

SDC nega mandado de segurança de ex-diretor do Sindicato (pág. 4)

DESCASO: VIGILANTES DA CEF SÃO OBRIGADOS A TRABALHAR SEM HORÁRIO DE ALMOÇO

Sindicato cobra posicionamento do banco

Vigilantes da Caixa Econômica Federal de Bauru estão passando por uma situação de descaso e violação dos direitos trabalhistas: desde que uma nova empresa terceirizada de segurança assumiu a licitação e passou a prestar serviço para o banco, os trabalhadores estão sem horário de almoço.

Isso porque não há almoçista, profissional responsável por cobrir o horário de refeição de outros funcionários. Sem a devida cobertura, vigilantes de todas as agências da CEF em Bauru são obrigados a permanecer em seus postos durante toda a jornada, sem pausa para o almoço.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é clara: todo trabalhador que cumpre jornada superior a seis horas tem direito a, no mínimo, uma hora para repouso ou alimentação.

Já aqueles que cumprem jornada entre 4 e 6 horas diárias, têm direito a uma pausa de 15 minutos.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, ao negar esse direito básico, a empresa terceirizada não apenas descumpra a legislação, como tira a dignidade dos funcionários, expondo eles à fome e exaustão. A conduta coloca em risco a saúde física e mental dos trabalhadores, que precisam se manter em alerta constante para garantir a segurança das agências.

A entidade já cobrou da CEF um posicionamento sobre a situação. O banco, como tomador de serviço, tem que fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada, garantindo que ela esteja em dia com seus pagamentos e com as leis.

DEVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/PLR



O **Sindicato** realizou mais uma devolução da contribuição negociada, referente ao pagamento de antecipação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). A entrega dos cheques foi realizada pelo diretor Roberval aos sindicalizados do Bradesco da região (na foto, Taguaí).

SORRATEIRA! FUNDAÇÃO SUDAMERIS PROPÕE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA DESLIGAMENTO DO PLANO

Fundação alega que os recursos financeiros no caixa acabaram

A Fundação Sudameris agiu de maneira sorrateira e realizou uma reunião virtual de associados, no dia 29 de agosto, para propor duas opções de acordo extrajudicial sobre o plano de saúde. As propostas tem validade até o dia 15 de setembro e quem aderir qualquer uma delas renunciará ao direito de ações em curso ou futuras.

A reunião de associados foi convocada sem amparo estatutal ou legal, sob a justificativa da “gravidade da situação financeira da Fundação e das questões envolvendo o custeio do plano de saúde ofertado aos seus ex-contribuintes e dependentes, denominado de Clínica Grátis para Aposentados”.

De acordo com a Fundação, a dissolução e liquidação estão próximas. “Os recursos financeiros disponíveis no caixa da Fundação Sudameris são suficientes para manter o plano de saúde ativo e operacional somente até 31 de agosto de 2025. Após esta data, em razão da ausência de pagamento da mensalidade, a operadora que oferta o plano de saúde provavelmente procederá ao seu cancelamento, interrompendo-se, por consequência, quaisquer atendimentos e tratamentos médicos”, declarou na carta explicativa enviada aos associados.

Ataque

O Banco Sudameris e a Fundação foram adquiridos inicialmente pelo Banco ABN AMRO Real, que pos-

teriormente foi comprado pelo Santander, atual patrocinador-instituidor. Todos os trabalhadores que contribuíram com a Fundação Sudameris por 25 anos ou mais tinham garantido o direito a gratuidade no plano de saúde Clínica Grátis.

Porém, em abril de 2024, o Santander informou que

o custo para o beneficiário e seus dependentes seria de 50% do valor do plano; e, a partir de setembro daquele ano, 100%.

A medida foi suspensa por uma ação movida pelo Ministério Público de São Paulo. No entanto, o ataque seguiu fora da Justiça, como se pode ver nas propostas abaixo.

PROPOSTAS

- **Desligamento voluntário, imediato e indenizado do plano de saúde e da Fundação Sudameris.** As indenizações serão pagas com recursos oriundos de doação do Santander, realizada com esse propósito específico.
- **Desligamento voluntário e imediato da Fundação Sudameris, com a possibilidade de manutenção do vínculo com o plano de saúde, exclusivamente na modalidade enfermagem,** mas que passaria a ser estipulado pelo Santander e custeado pelo optante de forma gradativa a partir de outubro de 2025, de modo que ele assumira o custeio integral (R\$ 2.500 por pessoa) a partir de abril de 2026. Essa opção não estará disponível para os associados e partes interessadas que já são beneficiários em 1º de agosto de 2025 de plano médico em apólice contratada pelo Santander.

OPINIÃO DO SINDICATO

Para o **Sindicato**, as propostas são mais uma afronta aos aposentados, que dedicaram mais de duas décadas de trabalho ao Sudameris e ao Santander e, justamente na fase da vida em que mais precisam de assistência médica, veem seus direitos e dignidade serem arrancados.

A entidade orienta a recusa das propostas, mas reconhece que cada um sabe suas necessidades e limites. É inadmissível que um banco que lucrou R\$ 13,8 bilhões no último ano não direcione parte desse valor para sustentar a Fundação e garantir a continuidade do plano.

Ações individuais

Em 2024, o **Sindicato** conquistou na Justiça a manutenção da Unimed sem qualquer custo e nos mesmos termos em que sempre foram ofertados a dois ex-funcionários do Sudameris que buscaram auxílio da entidade.

INSS IDENTIFICA COAÇÃO DE APOSENTADOS, VENDA CASADA E OUTRAS IRREGULARIDADES NA CREFISA

Concessão de novos benefícios está suspensa

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu preventivamente os contratos com a Crefisa após identificar irregularidades na prestação de serviços aos aposentados e pensionistas.

Segundo o INSS, foram identificadas seis irregularidades na empresa, que venceu no ano passado o leilão da folha de pagamento, 25 dos 26 lotes disponíveis. São elas:

- Dificuldade ou impedimento no recebimento do benefício: registros de atrasos, recusas de pagamento e limitações para saque;
- Coação para a abertura de conta corrente e venda casada de produtos;
- Falta de estrutura adequada nas agências bancárias: filas extensas, ausência de caixas eletrônicos (ATMs) e inadequação do espaço físico;
- Portabilidades indevidas e não autorizadas;
- Falta de um sistema de triagem e emissão de senhas; Falta de informações claras e atendimento inadequado.

O órgão informou que a Crefisa é alvo de reiteradas reclamações em ofícios encaminhados por Procons, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e manifestações dos beneficiários nos diversos canais da autarquia.

Suspensão

A suspensão irá se estender até a conclusão definitiva dos processos de apuração, de acordo com o INSS. Atualmente, a Crefisa é responsável pelo pagamento de

1,7 milhão dos 41 milhões de benefícios que o INSS paga hoje. Somente neste ano, de janeiro a agosto, recebeu R\$ 25 milhões.

O INSS também suspendeu os contratos com o Agibank, após ter identificado irregularidades semelhantes.

Prenúncio

Em janeiro, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** publicou uma reportagem alertando os aposentados e pensionistas sobre a conduta abusiva da Crefisa. A empresa é amplamente conhecida por coagir aposentados na contratação de empréstimo consignado e por suas taxas de juros elevadas. Inclusive, em 2023, foi condenada dezenas de vezes por cobrar juros abusivos de idosos. Os juros cobrados, de acordo com as decisões judiciais, chegam a 987,22%.

Importante ressaltar que os funcionários da empresa não fazem parte da categoria bancária. Eles são contratados sob outro regime, o que compromete os direitos dos trabalhadores e a qualidade do atendimento oferecido aos clientes.

O **Sindicato** acompanhará de perto o processo de repasse dos novos contratos para os demais bancos responsáveis pela folha de pagamento do INSS e já deixa claro: não aceitará que os funcionários sejam prejudicados pela sobrecarga de trabalho.

Conforme anunciado pelo Ministério da Previdência, o Mercantil assumirá a maior parte desses contratos.

DEMISSÃO EM MASSA NO ITAÚ: CERCA DE MIL BANCÁRIOS QUE ATUAVAM EM HOME OFFICE SÃO DEDITIDOS

Banco alega que desligamentos ocorreram após avaliação de produtividade

O Itaú surpreendeu seus trabalhadores e o movimento sindical no dia 8, com a demissão sem justa causa de cerca de mil funcionários de diversos setores que atuavam em regime híbrido ou remoto.

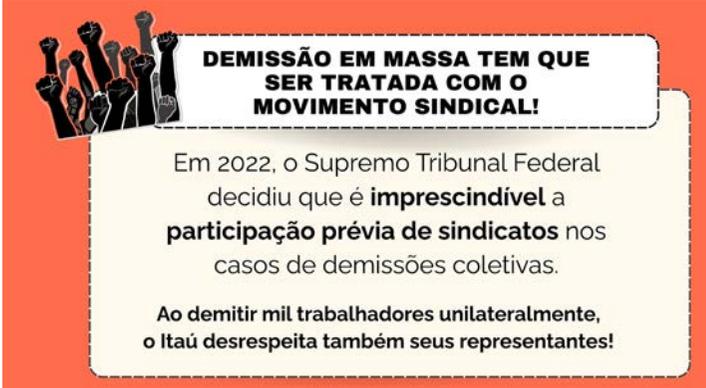
Em nota, o banco informou que a decisão foi tomada após uma “revisão criteriosa de condutas relacionadas ao trabalho remoto e registro de jornada”.

Registro de ponto

Segundo o Itaú, houve incompatibilidades entre a marcação de ponto e a atividade registrada nas plataformas de trabalho durante o home office. Ou seja, as horas trabalhadas eram inferiores às registradas.

Monitoramento

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o banco monitora as atividades dos funcionários nas máquinas e nos softwares da instituição. A produtividade



DEMISSÃO EM MASSA TEM QUE SER TRATADA COM O MOVIMENTO SINDICAL!

Em 2022, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é **imprescindível** a **participação prévia de sindicatos** nos casos de demissões coletivas.

Ao demitir mil trabalhadores unilateralmente, o Itaú desrespeita também seus representantes!

também é medida através da memória em uso no computador, quantidade de cliques, abertura de abas, inclusão de tarefas no sistema, criação de chamados, entre outros meios.

Injustiça

A demissão já foi contestada por alguns demitidos, que disseram que a acusação não procede e que tinham, inclusive, avaliações positivas, além de promoções.

Eles também afirmaram que o banco não apresentou as métricas de telemetria (processo de coleta remota

de dados de sistemas ou equipamentos para transmiti-los e analisá-los centralmente) que justificariam tais demissões.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a metodologia de controle de ponto do Itaú tem que ser apresentada aos trabalhadores. Caso o banco entenda que há alguma irregularidade, o correto é advertir o funcionário antes de qualquer conduta drástica como essa.

Além disso, a entidade acredita que o Itaú está procurando artifícios para diminuir, ainda mais, seu quadro funcional.

Nota de falecimento: Emerson Jeronimo Ferrari, vigilante do Bradesco da Ezequiel

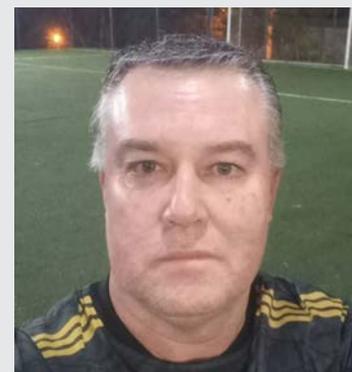


É com profundo pesar que o **Sindicato dos Bancários** informa o falecimento de Emerson Jeronimo Ferrari, vigilante da agência 13 do Bradesco, em Bauru, que nos deixou tragicamente no dia 30 de agosto.

Emerson tinha 52 anos

e trabalhava há mais de 12 anos no banco. Ele será lembrado com carinho por todos.

O **Sindicato** expressa as mais sinceras condolências a toda família, amigos e colegas, e deseja força para superar essa triste perda.



SDC DO TRT-15 NEGA MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR EX-DIRETOR DO SINDICATO

Alexandre Morales apresentou recurso contra decisão que indeferiu suspensão das eleições da entidade

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** obteve mais uma vitória judicial contra Alexandre Morales, ex-dirigente da entidade e bancário da Caixa Econômica Federal, um dos principais responsáveis pelo tumulto no processo eleitoral que definiu a atual diretoria.

No dia 22 de agosto, a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região negou mandado de segurança impetrado por Alexandre. Ele tentava reverter a decisão que indeferiu seu pedido de suspensão das eleições sindicais.

Inconformado, o ex-dirigente interpôs agravo interno para que o caso fosse reavaliado pelo colegiado. Mais uma vez, insistiu no argumento de que teriam ocorrido supostas irregularidades no processo eleitoral, como

falta de publicidade adequada do edital que convocou a assembleia de aprovação do novo calendário de votação e a candidatura de dois integrantes da Chapa 1.

Argumentos frágeis

Por unanimidade, a SDC do TRT-15 considerou que as alegações não se sustentam e não demonstram qualquer conduta ilícita grave por parte do Sindicato que justificasse a paralisação das eleições.

“Não existe risco de dano irreparável a justificar a suspensão das eleições em sede de tutela antecipada. Em primeiro lugar, pela fragilidade dos argumentos apresentados (em especial quanto aos candidatos supostamente inelegíveis) e pela ausência de provas pré-constituídas; em segundo, porque as eleições já foram realizadas e houve participação considerável da



Entre diversas omissões, o ex-diretor Alexandre Morales omitiu da Justiça o fato de que houve massiva participação de mais de 150 associados na assembleia realizada em fevereiro sobre novo calendário eleitoral

categoria convocada; em terceiro, porque nada impede que, em tese, as eleições sejam anuladas mesmo após a posse e o início do mandato dos novos dirigentes”.

Risco

Os magistrados também foram categóricos ao alertar

que tentativas como a de Morales, sem provas concretas, colocam em risco o processo democrático e atacam diretamente a representação legítima da categoria.

“O que não se pode é impedir o trâmite regular das eleições com base em argumentos frágeis e manter a ca-

tegoria sem representantes eleitos, colocando em risco a organização coletiva e a defesa dos interesses dos trabalhadores”, rechaçaram.

A discussão ainda tramita em primeira instância, onde aguarda-se o julgamento do caso pelo juízo da 2ª Vara do Trabalho de Bauru/SP.

NÓS TE ESCUTAMOS!

Pedir apoio é um gesto de coragem e cuidado consigo mesmo

**se
tem
bro**

BANCÁRIO SINDICALIZADO
agende atendimento psicológico gratuito:
(14) 99868-5897

O Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio e de valorização da vida, reforça a importância do cuidado com a saúde mental. A campanha deste ano traz o lema: “Se precisar, peça ajuda!”, convidando à reflexão sobre a importância do acolhimento contínuo.

Os principais fatores que podem levar as pessoas a desenvolverem ideação suicida e o ato deliberado estão ligados ao histórico familiar, acontecimentos e

traumas, dependência química e/ou transtornos mentais.

Apesar do suicídio ser um fenômeno complexo e multifatorial, é fundamental reconhecer e combater o adoecimento no trabalho, que muitas vezes contribui para o sofrimento emocional.

O adoecimento na categoria bancária tem escalado de uma forma alarmante. A pressão abusiva por resultados, com ameaça sobre seus empregos; a sobrecarga de trabalho; a desvalorização; e o assédio, são algumas das

razões que levam os bancários a terem problemas relacionados à saúde mental.

Acolhimento

Ao contrário dos bancos, o **Sindicato** é reconhecido por ser acolhedor e próximo aos trabalhadores. A entidade oferece atendimento psicológico gratuito aos sindicalizados (veja imagem ao lado).

Pedir apoio é um gesto de coragem e cuidado consigo mesmo. Busque a ajuda do **Sindicato!**

BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e
Financiários de Bauru e Região
www.seebbauru.org.br
contato@seebbauru.org.br

Edição: Diretoria do Sindicato. Redação e Diagramação: Estela Pinheiro (com Diretoria do Sindicato).
Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato

Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru (SP)
Contatos: Secretaria - (14) 3102-7270 e 99868-5897. Jurídico - (14) 99867-9635. Imprensa - (14) 99868-4934.
Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99707-9902 ou (14) 99195-2003

www.seebbauru.org.br
 @seebbauru
 sindicatobancariosbauru
 sindicatobancariosbauru